

Herdeiros da miséria

ELES VIVEM COMO NO

AJ41888-1

Nas comunidades quilombolas do Norte do Estado, o tempo parece ter





VIVENDO DOS RESTOS. Com a seca, as possibilidades de cultivo são limitadas. Por isso, as famílias de descendentes de escravos tiram o sustento dos restos de eucalipto, que viram carvão nos

CLAUDIA FELIZ

cfeliz@redgazeta.com.br

■ Cento e vinte anos depois de abolida no Brasil, a escravidão ainda persiste. Quem vai a São Mateus e a Conceição da Barra, no Norte do Espírito Santo, constata essa realidade de perto. Em meio às milhares de árvores de eucalipto e ao canal, homens, mulheres e crianças negras sentem na pele o que é viver sem as mínimas condições de dignidade. Descendentes de antigos escravos, vivem entregues à própria sorte em comunidades quilombolas, em situação até pior do que a dos

seus ancestrais – além de todas as dificuldades, ainda têm que enfrentar a desproteção que lhes é imposta pela natureza.

A estiagem que seca a terra compromete o cultivo de culturas de subsistência, especialmente do produto mais característico dessas comunidades: a mandioca. Sem mandioca, não há como fazer a farinha e o beiju, uma delícia com receita herdada dos ancestrais negros. A maioria das famílias faz as necessidades fisiológicas no mato e consome água não-tratada, extraída de poço. Muitas moram em casas de pau-a-pique,

com paredes barreadas, chão de terra batida e cobertura de sapé ou amianto. Maria Teodoro Farias, 36 anos, mãe de quatro filhos, enfrenta essa realidade no Morro do Sapato, em São Mateus. Lembra bem do sufoco que passou quando o mais velho, hoje com 13 anos, teve leptospirose, doença transmitida pela urina de ratos.

TÚNEL DO TEMPO

Em pleno Século XXI, visitar comunidades como a do Morro do Sapato é viajar no tempo em direção a um passado onde homens eram vistos como merca-

dorias. As tradições culturais dos quilombolas estão ameaçadas. No Norte capixaba, a maioria vive do que lhes rende a produção de carvão com resíduos de eucalipto cedidos pela Aracruz Celulose. Fornos para queima da madeira são vistos em profusão. Resta saber do que viverão quando o carvão acabar.

O alívio da situação de miséria de muitas famílias se dá por meio dos programas assistenciais do governo, que lhes oferece, por exemplo, cestas básicas. São 454 as beneficiadas, apenas em Conceição da Barra e São Mateus. Vinte e dois quilos de

alimentos para cada uma delas foram fornecidos, três vezes, no primeiro semestre deste ano. Há também a ajuda do programa Bolsa-Família.

DESNUÇÃO

Mas as cestas e as bolsas não impedem que crianças quilombolas apresentem os piores indicadores da situação da infância no país. Quase 12% delas, segundo a Agência Nacional dos Direitos da Infância (Andi), têm desnutrição – a média brasileira entre menores de cinco anos é de 7%. Muitos dos adultos são analfabetos – alguns cursaram apenas até a antiga quarta série primária. Um diagnóstico feito pela Federação Nacional de Órgãos para Assistência Social e Educacional (Fase), em dez comunidades do Norte capixaba, em meados deste ano, mostrou que só em cinco delas havia escolas funcionando, e em apenas duas, turmas de pré-escola para crianças de 3 a 6 anos de idade.

INFÂNCIA PERDIDA

É fácil encontrar essas crianças sendo cuidadas por outras, de idade pouco maior, ou por velhas avós. Ou vê-las brincando em meio à poeira com uma bola improvisada, feita de sacola plástica recheada de papel. Conhecendo a realidade desses locais, também é fácil entender porque muitos de seus moradores permaneçam na condição de quase esquecidos. O poder público municipal lhes oferece muito pouco, além das pequenas escolinhas pluridocentes, onde professoras abnegadas ensinam, numa só sala, alunos de duas séries, simultaneamente.

José Geminiano Francisco, 53, mais conhecido como Zé do Leite, por causa da venda do produto que retira das vacas que mantém na propriedade herdada dos seus antepassados, diz que ser quilombola é enfrentar dificuldades per-



DUREZA. Maria Farias, 36, é mãe de quatro filhos. Junto com o pai ela queima carvão, e conseguem, juntos, R\$ 200 por mês

VEJA NA WEB

Confira mais fotos:
www.gazetaonline.com.br/agazeta

TEMPO DA ESCRAVIDÃO

A 11888-2

Parado: famílias inteiras vivem em situação de miséria total

FOTOS: FÁBIO VICENTINI



SEM ESTUDO. Maria Edir é analfabeta como a filha Juciléia; Fernanda chegou à 4ª série, e Ismael, à 5ª

la têm TV em casa, mas nunca viram um computador. Nas escolas, nem sequer há aparelho de televisão ou um antigo videocassete.

No lugar, só agora está sendo construído um pequeno posto de saúde, com material doado pela prefeitura e mão-de-obra da comunidade.

Dona Carmelita João Jerônimo, 78 anos, a mais velha do clã Jerônimo, guarda na memória os tempos em que verdura, batata, feijão e aipim não faltavam na mesa. "Tive dez filhos. Nasci no Córrego do Macaco, casei e fui morar no Córrego do Santana. Meu marido, Aquerino Blandino, morreu novo, por causa de disputa de terra", diz ela.

Neta de dona Carmelita, Josinéia Serafim Blandino, 30, mãe de duas crianças, lembra bem do tempo em que em nada se orgu-

ficou nas terras hoje se vê sem condição de se sustentar com pesca, plantio e artesanato", afirma ele.

Alda Maria dos Santos, 49, conhecida como *Miúda*, que integra uma das 52 famílias da comunidade de Linharinho, em Conceição da Barra, conhece bem essa história. "Depois da década de 70 saiu muita gente daqui", comenta ela.

Miúda diz que o povo de Linharinho diz sim à tradição e não à miséria. Quer os filhos chegando à faculdade, mas mantendo-se nas propriedades herdadas dos antepassados em condições sustentáveis de desenvolvimento. E no tamanho original. "Espremaram a gente com o plantio de eucalipto. Queremos também que o governo nos doe as terras consideradas devolutas".

da das matas favorece a seca, e o que se planta praticamente não se colhe.

"Só nos restou mesmo o carvão, que vai acabar também", argumenta ela

Mas *Miúda* diz que, junto com outras mulheres de Linharinho, luta para manter a tradição. Cerca de 30 delas se reúnem após a colheita da mandioca para fazer beiju e farinha, de forma artesanal.

Embora católicos, os quilombolas também mantêm na comunidade um ritual de candomblé. Uma vez por ano, na mesa de Santa Bárbara, sacrificam frangos e lavam as pe-



fornos improvisados. A ajuda também vem da doação de cestas básicas e do Bolsa-Família



GUERREIRA. Alda Maria dos Santos, de Linharinho, diz sim à tradição e não à miséria

manentemente. Nem todos suportam, e muitos, como seis de seus nove irmãos, acabam abandonando o lugar onde nasceram e cresceram, em busca de uma vida melhor.

“A gente vendia lenha e frutas na cidade quando vivíamos na terra com meus pais. Tinha tucum, jabuticaba, abacaxi, feijão, além da mandioca, que fazia a farinha e o beiju. Quando o eucalipto começou a chegar, diziam que ia dar emprego pra gente. Meu pai vendeu parte da nossa terra para a Aracruz. Dos meus irmãos, seis já venderam seus pedaços. Ficamos eu e mais três. O resto mora no Morro São Benedito, em Vitória, e no Centro de São Mateus. Só três têm casa própria”, diz Zé do Leite.

SAIR OU FICAR?

Sair da terra dá medo, justamente pelas histórias que os quilombolas ouvem sobre a violência na cidade, por exemplo. Maria Farias sonha poder morar no Centro de São Mateus, mas seus próprios filhos a desaconselham.

“A cesta básica já atrasou três meses, mas eles dizem que aqui pelo menos uma fruta, um aipim, a gente colhe no quintal”, diz ela

Tia de Maria Farias, Maria Edir Laudimiro Farias, viúva, 54 anos, mãe de quatro filhos – eram nove, mas os demais morreram –, diz que não saberia viver em outro lugar. Foi à escola por pouco tempo, mas é analfabeta, assim como a filha Juciléia, 30, quatro filhos pequenos. Fernanda, à espera do quinto filho, aos 27 anos de idade, cursou até a quarta série do ensino fundamental, e diz que sabe ler um pouco. Ismael, 21, chegou à quinta série, e a mais letrada da família, Naiara, 17, embora tenha chegado ao primeiro ano do ensino médio, trabalha como babá.

A professora Zilma Carvalho Barbosa fala do sacrifício experimentado pelas crianças que

saem do Morro da Arara, onde a escola está desativada, tendo que acordar às 4 horas para chegar à Escola São Jorge. “Muitas vezes, com pais sem ocupação, há crianças que têm na escola a única refeição forte do dia”, diz ela.

Quando não trabalham como diaristas em fazendas da região, ou queimam carvão nos fornos, os homens e mulheres não têm o que fazer na região. Maria Farias queima carvão em parceria com o pai, Jonatan, e diz que ambos faturam líquido, por mês, R\$ 200.

TODOS JUNTOS

Na Escola Mário Florentino, na comunidade São Domingos, em Conceição da Barra, as primas Edilene, 10, e Raquel Florentino, 8, assim como os irmãos Flávio, 10, e Gleison Jerônimo, 11, revelam outra característica quilombola: a concentração de várias famílias de um só ramo num mesmo lugar.

Por isso, não é incomum primos casarem com primos. Sem praça, campo de futebol ou quadra, todos na sala de au-

Dono Carmelita João Jerônimo, 78 anos, a mais velha do clã Jerônimo, guarda na memória os tempos em que verdura, batata, feijão e aipim não faltavam na mesa. “Tive dez filhos. Nascei no Córrego do Macaco, casei e fui morar no Córrego do Santana. Meu marido, Aquerino Blandino, morreu novo, por causa de disputa de terra”, diz ela.

Neta de dona Carmelita, Josinéia Serafim Blandino, 30, mãe de duas crianças, lembra bem do tempo em que em nada se orgulhava de ser quilombola.

“Eu andava a pé uns nove quilômetros para chegar à escola, era tudo difícil demais. Quando fiz 18 anos, fui para Vitória trabalhar como empregada doméstica, porque sonhava poder estudar e ser enfermeira. Não pude estudar, e acabei voltando de onde sai”, diz ela

PRECONCEITO

Prima de Josinéia, Bianca Blandino, 16, cursa o 2º ano do ensino médio em São Mateus, e não nega que o preconceito de cor ainda é muito forte. “Até bem pouco tempo, ser quilombola não era uma coisa valorizada, mas agora, na escola, já se fala de negro de uma forma diferente. Eu me acho linda!”, diz a garota, que mantém um perfil de Orkut na internet, acessando por meio de uma lan-house na cidade de São Mateus.

Tia de Bianca, Luzinete Serafim Blandino, 49 anos, certamente foi uma das pessoas que contribuíram para que a garota pudesse manter sua auto-estima elevada.

“Ser quilombola significa pertencer à nação afro-descendente. E a gente luta com dificuldade para ser cada vez mais valorizado”, diz a mulher, militante da causa.

Aliado de Luzinete nessa luta, Domingos Firmiano dos Santos, *Chapoca*, faz questão de afirmar que o sofrimento que teve origem na escravidão ainda acompanha sua gente. “As culturas do eucalipto e da cana acabaram com o cipó e causaram impacto no solo, reduzindo a água. Quem

pois da década de 70 saiu muita gente daqui”, comenta ela.

Miúda diz que o povo de Linharinho diz sim à tradição e não à miséria. Quer os filhos chegando à faculdade, mas mantendo-se nas propriedades herdadas dos antepassados em condições sustentáveis de desenvolvimento. E no tamanho original. “Espremaram a gente com o plantio de eucalipto. Queremos também que o governo nos doe as terras consideradas devolutas”.

A mulher diz que a derruba-

Mas Miúda diz que, junto com outras mulheres de Linharinho, luta para manter a tradição. Cerca de 30 delas se reúnem após a colheita da mandioca para fazer beiju e farinha, de forma artesanal.

Embora católicos, os quilombolas também mantêm na comunidade um ritual de candomblé. Uma vez por ano, na mesa de Santa Bárbara, sacrificam frangos e lavam as pedras de Iansã em água de rio.



IMPROMPTO. Sem creche, crianças usam criatividade e transformam sacola recheada com papel numa bola

Herdeiros da miséria

Proprietário rural vai à Justiça contra decreto

Aracruz Celulose também questiona na Justiça o processo do Incra que define a área quilombola

CLÁUDIA FELIZ
cfeliz@redgazeta.com.br

Proprietários rurais movem Ação Direta de Inconstitucionalidade (Adin) no Supremo Tribunal Federal porque garantem que há inconstitucionalidade no decreto do governo federal relativo à garantia de direito coletivo à terra para remanescentes de comunidades quilombolas.

No Espírito Santo, além dos proprietários rurais, também a Aracruz Celulose questiona na Justiça o processo do Incra que define a área quilombola de Linharinho, em Conceição da Barra. Em Linharinho, segundo o gerente jurídico da Aracruz, Anselmo Farias de Oliveira, o processo foi realizado sem que tivessem sido ouvidos a empresa e proprietários rurais.

O superintendente regional do Incra, José Gerônimo Brumatti, diz que, no passado, os remanescentes quilombolas dispunham de 9.542 hectares, e que hoje a Aracruz detém 80% dessa área. Já o advogado Oliveira diz que a Aracruz adquiriu a terra há mais de 30 anos, mediante escrituras de compra e venda.

RESPEITO

“É preciso que se respeite o ordenamento jurídico, o direito de propriedade. O Incra não pode querer nos tirar terras adquiridas legalmente”, diz o presidente da Federação da Agricultura do Espírito Santo, Julio Rocha. Ele lembra que,

Comunidades certificadas no ES

São 25 as comunidades remanescentes de quilombos no Espírito Santo com certidões de autodefinição expedidas pela Fundação Cultural Palmares e publicadas no Diário Oficial. No Brasil, o número chega a 1.038

Pela lei, remanescentes das comunidades de quilombos são grupos étnico-raciais, com trajetória própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a opressão histórica sofrida

Após a certificação feita pela Fundação Palmares, é aberto o processo no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), onde é realizado um estudo antropológico a fim de identificar e titular a área reivindicada

Antes da titulação devem ser consultados órgãos como o Instituto do Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis (Ibama) e a Fundação Nacional do Índio (Funai). No processo também devem ser ouvidos proprietários rurais instalados na área

Conceição da Barra

- 1 Angelim – Composta pelos povoados de Angelim I, Angelim II, Angelim III, Angelim Disa e Córrego do Macuco
- 2 Linharinho
- 3 São Domingos
- 4 Córrego do Sertão
- 5 Córrego Santa Izabel
- 6 Coxi
- 7 Dona Guilhermida
- 8 Roda D'Água
- 9 Santana
- 10 Santaninha

São Mateus

- 11 São Jorge - Composta pelos povoados de Morro das Araras, Vala Grande, São Jorge, Córrego do Sapato I, Córrego do Sapato II
- 12 Beira-Rio Aruai
- 13 Cacimba
- 14 Chiado
- 15 Córrego Seco
- 16 Dilô Barbosa
- 17 Mata Sede
- 18 Nova Vista
- 19 Palmito
- 20 São Domingos de Itauninhas
- 21 Serraria e São Cristóvão



Ibiraçu

- 22 São Pedro

Santa Leopoldina

- 23 Retiro

Cachoeiro de Itapemirim

- 24 Monte Alegre

Presidente Kennedy

- 25 Boa Esperança e Cacimbinha

Victor Hugo

LÚCIA GARCIA
lgarcia@redgazeta.com.br
27 - 3321-8480



VITOR JUBINI



A BELA DO DIA É ANDRESSA RIBEIRO

Ela é a madrinha de bateria da Imperatriz do Samba, nova escola de Guarapari, que pretende desfilar no Sambão do Povo em 2010. Bonita, Andressa é. Agora é esperar para ver o ziriguidum dela.

Turismo abre as portas

crituras de compra e venda.

RESPEITO

“É preciso que se respeite o ordenamento jurídico, o direito de propriedade. O Incra não pode querer nos tirar terras adquiridas legalmente”, diz o presidente da Federação da Agricultura do Espírito Santo, Julio Rocha. Ele lembra que, de início, bastava a autodeclaração das comunidades quilombolas para que o processo de titulação fosse instalado.

“Não houve imparcialidade, e sim interesses político-ideológicos. Que, agora, os antropólogos tenham isenção”, diz Rocha, numa referência aos profissionais que realizam os estudos antropológicos das comunidades para o Incra.

Julio Rocha lembra que a questão registra uma clima de tensão em vários pontos do país, citando casos em que proprietários rurais ameaçaram defender suas terras com uso de armas. “A falta de isenção era visível. Em São Mateus, por exemplo, 75% das terras seriam consideradas quilombolas”.

500 pessoas vivem sem banheiro

■ Pelo menos 500 pessoas de 20 comunidades quilombolas, no Norte do Espírito Santo, vivem sem banheiro. Há dois anos, a Fundação Nacional de Saúde (Funasa) assumiu a responsabilidade por garantir a essas comunidades mínimas condições de vida. E com R\$ 2,4 milhões, provenientes do PAC, vai beneficiá-las com banheiros, fossas, poços freáticos, filtros de cerâmica e um reservatório de água. Está prevista a construção de 328 banheiros em São Mateus e Conceição da Barra. Coordenador regional da Funasa no Estado, Francisco Milfont aguarda a liberação dos recursos. “A realidade dos quilombolas é horrível”, admite.

Christine Reuter, secretária de Desenvolvimento Econômico de Conceição da Barra, explica que a prefeitura dará contrapartida de até 5% no investimento, além de participar de projetos de geração de renda para os quilombolas. A secretária também ressalta a importância de se resgatar o artesanato quilombola, como a fabricação de cestos de cipó.

miúdo (Furto). NO processo também devem ser ouvidos proprietários rurais instalados na área



A Gazeta - Ed. de Arte - Genildo

Conquistas a passos lentos

O estudo para regularizar as terras quilombolas só começou em 8 das 80 comunidades

■ A estimativa é de que existam no Espírito Santo 80 comunidades quilombolas, segundo o superintendente regional do Instituto Nacional de Colonização e reforma Agrária (Incra), José Gerônimo Brumatti.

Até agora, o órgão federal, a quem cabe viabilizar processos de titulação dessas terras,

já realizou estudos em oito locais: Linharinho, São Domingos e Santana, em Conceição da Barra; São Jorge, São Cristóvão/Serraria, em São Mateus; São Pedro, em Ibirajú; Retiro, em Santa Leopoldina; e Monte Alegre, Cachoeiro de Itapemirim.

Brumatti explica que a Fundação Palmares, que faz a certificação das áreas, já reconheceu 32 comunidades em São Mateus e Conceição da Barra.

O gerente do Incra diz que só garantir a propriedade da terra não basta, porque os quilombolas necessitam de políticas

públicas que lhes garantam habitação, saúde, assistência técnica e incentivo cultural. Lembra que o Estado também deve participar do processo, identificando áreas devolutas.

Em oito comunidades, o estudo antropológico do Incra levou em consideração historicidade, etnicidade e sustentabilidade. Brumatti diz que, constitucionalmente, essas comunidades são históricas e culturalmente importantes para a sociedade brasileira, e precisam de ajuda para se desenvolver e recuperar suas características.

Ponto de vista

Leonor Araújo

Séculos de exclusão

Essas comunidades estão há séculos excluídas das políticas públicas governamentais, devido ao racismo institucional da sociedade brasileira, que atinge, indistintamente, negros e negras das áreas urbanas e rurais. A diferença é que nos centros urbanos e regiões metropolitanas do país foram feitos investimentos nas áreas básicas, como luz, água, saneamento, educação, saúde, que atenderam às populações sediadas nessas regiões. Terras de remanescentes de quilombos, no entanto, estão localizadas em áreas rurais remotas, principalmente nas regiões Norte e Nordeste do país. Além disso, as populações possuem especificidades socioculturais que as diferenciam e fragilizam frente às populações negras urbanas, como o grau de escolaridade e organização política. É bom lembrar que o atendimento a essas comunidades não depende só do governo federal, e que a execução das ações financiadas pelo MEC depende da fiscalização in loco das prefeituras.

■ Leonor Araújo é coordenadora geral de Diversidade do Ministério da Educação (MEC)

Adriana Campos

Eles querem dignidade

Sem política de educação, distribuição de terra ou trabalho, os escravos libertos tiveram vários destinos, sendo um deles o campo. Antropólogos chamam esse campesinato de quilombola. Quilombo era lugar de escravo fugido, embora nem todo quilombola seja descendente de escravo fugido. Essas comunidades têm tradição africana e memória comum. Desde a Constituição de 1988, discutem-se políticas afirmativas para a população negra, processo que resultou na Lei dos Quilombolas, que confere ao quilombo contemporâneo direito à obtenção de título de terra coletivo. Hoje, esses camponeses negros vivem uma forma moderna de escravatura. O conflito em torno das terras pode ser resolvido com inteligência, numa ação que envolva Ministério Público, governo, empresas e fazendeiros, assegurando aos quilombolas escola, até a faculdade, preservação de sua cultura e garantia de saúde. Porque eles querem muito mais do que terras: aspiram por dignidade.

■ Adriana Campos é professora da Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes)

Turismo abre as portas

Os circuitos do agroturismo capixaba - 10 no total - estão rendendo bons frutos. Tanto que a Associação Brasileira de Operadoras de Turismo identificou o Espírito Santo como exemplo de turismo rural no país. É por essas e outras que o Sebrae-ES, junto com produtores da região de montanha, está montando passeios específicos para grupos de turistas, de acordo com seu perfil: criança, jovem ou idoso, por exemplo. O próximo passo será formatar todas as informações num site. Isso será muito bom, para divulgar o potencial turístico capixaba.

Voltando às origens

Uma das grandes responsáveis por este salto no turismo rural são as famílias de imigrantes, que abriram suas casas para mostrar o que têm de melhor na culinária, principalmente. E elas não estão para brincadeira. Neste finde, filhos de descendentes de italianos visitam, na Itália, fazendas para conhecer - e aprender - a produção de outras delícias, que serão vendidas no Estado. Eles ficarão lá até novembro.

Caravana

Em tempo: pessoal da Caravana do Brasil virá ao Estado, em breve. Eles sempre visitam novos destinos e exploram regiões até então pouco visitadas, porém estruturadas para o turismo.

Mobilidade

Denise Cadete e Lucas Izoton, que estão no III Encontro Empresarial em Pedra Azul, vão assinar, nessa semana, convênio para realizar uma pesquisa científica, visando conhecer a mobilidade urbana no setor industrial - estudo inédito no país. É para saber como trabalhadores se deslocam para o serviço. A partir das respostas, serão propostas ações como a carona solidária.

Vivam eles!

Julio Bueno também se encontra em Pedra Azul, e está igual a pinto no lixo. Na hora séria, ele deu uma palestra sobre pré-sal (muito boa, por sinal). E, nos momentos de descontração, cantou músicas de Roberto Carlos e o Hino do Fluminense - claro que ele não iria perder essa oportunidade. Detalhe: na cantoria ele estava sempre acompanhado do boa praça Kfuri.

A polêmica Lei Seca completa quatro meses, amanhã. Nesse período, só na Rodosol, o número de ocorrências por acidente caiu de 26 para 12. Isso mostra mudanças de hábitos ao volante, e para melhor

Reflexão

Quem também fez uma excelente palestra foi Guilherme Lacerda, da Funcef. Ele relatou que no Espírito Santo existem seis fundos de pensão, que somam R\$ 3 bilhões - 90% deles depositados em renda fixa. Mas a maioria o dinheiro é aplicada fora do Estado. Ele lançou a pergunta aos empresários: “Porque não investir aqui?” Em tempo: a Funcef tem parceria com a Bloco para construir o Hotel Enseada Porto de Vitória.

Samp Open de Tênis

E hoje não tem palestras no Encontro Empresarial. Mas haverá o I Samp Open de Tênis. Amanhã, a coluna revela o vencedor.

Botão em família

Serginho Aboudib, secretário-chefe da Casa Civil, é o campeão nacional de jogo de botão. E o vice-campeão é... o irmão dele, Rodrigo.

Herdeiros da miséria

Meio de vida só vai durar mais um ano

Com a modernização da colheita, o resíduo de eucalipto, que hoje vira carvão, também será aproveitado

CLÁUDIA FELIZ
cfeliz@redgazeta.com.br

■ Um ano. Esse é o prazo de sobrevivência do negócio que vem mantendo famílias inteiras de quilombolas no Norte do Espírito Santo. Especificamente em São Mateus e Conceição da Barra, essas famílias de afro-descendentes catam pontas e galhos de árvores de eucalipto, transformados em carvão em fornos construídos em suas propriedades. A Aracruz Celulose, que firmou um contrato com a Associação de Produtores e Lenhadores da região – já em fase de prorrogação por seis meses, podendo ser ampliado pelo mesmo período – garante que dos 600 hectares de eucalipto cortados por ela mensalmente, sobram seis mil metros cúbicos do resíduo.

Catadores entram na área da empresa após a colheita dos troncos. Parte do que recolhem vira carvão, após a queima; o restante vira lenha e vai para olarias. Os resíduos, segundo o gerente regional florestal da Aracruz, José Maria Donatti, são recolhidos em quantidade suficiente para lotar 130 caminhões e render cerca de R\$ 120 mil/mês, divididos numa enorme cadeia, que vai de catadores

a intermediários, entre 450 associados. A menor parte fica mesmo com os quilombolas.

Mas o resíduo, o próprio Donatti admite, é finito. Em Aracruz, a indústria de celulose já utiliza tudo o que as árvores de eucalipto são capazes de oferecer com um equipamento que não deixa no solo nenhum vestígio da árvore. O mesmo acontecerá, em um ano, na Região Norte.

Ciente de que, sem o carvão, a sobrevivência das famílias ficará comprometida, a Aracruz desenvolve com algumas comunidades projetos sustentáveis. Em Angelim, adquire mudas de eucalipto que quilombolas produzem em viveiros; em São Geraldo, moradores participam de projeto agro-florestal plantando feijão, milho e mandioca em meio ao eucalipto.

Também há projetos de agricultura familiar e de apicultura solidária – a empresa fornece caixas e dá assistência técnica para a produção de mel.

Em Linharinho, a farinha industrial, cujo transformador está queimado, será reformada. Donatti diz que será firmado um convênio com a Ufes, o Incaper, Prefeitura de Conceição da Barra, a empresa Rio Doce Feijão e a associação de produtores local. A proposta é que os quilombolas, inclusive de outras comunidades vizinhas, produzam a farinha, a partir do cultivo da mandioca, e vendam parte da produção para a empresa Rio Doce.



FÁBIO VICENTINI

VIDA MELHOR. Com a produção, Domingos conseguiu garantir que três dos seus seis filhos concluíssem o ensino médio

Farinha e beiju feitos como antes

A produção, toda artesanal, em nada difere do que era feito nas fazendas na época da escravidão

■ Ele é mais um quilombola, mas, diferente de muitos que sobrevivem da transformação de resíduos de eucalipto em carvão, Domingos da Penha, 52 anos, integrante da comunidade do Divino Espírito Santo, em São Mateus, foge à regra, mantendo as tradições dos seus antepassados. Na sua propriedade,

Domingos e os seis filhos produzem farinha e beiju, e cultivam pimenta do reino e café.

Ele se autodenomina o último cesteiro da região. É certo que a produção é mínima, porque já não há cipó em volume suficiente para o trançado. Afinal, foi-se o tempo em que havia mata e cipós em profusão. Do polvilho (ou goma) da mandioca, a família Penha faz o beiju, que Domingos vende na feira da cidade cobrando R\$ 3,50 por cada 400 gramas. Por semana, consegue produzir até 150 sacolinhas da delícia

que é enriquecida com coco ralado e açúcar – mais coco, é bom que se diga, porque do contrário, é enganação.

Da massa grossa resultante da mandioca ralada no quitungo, resulta a farinha, após prensagem e secagem, tudo feito de forma absolutamente artesanal. E ainda sobra resíduo para ração de porcos. “Muita gente desistiu, mas a gente mantém a tradição, o que não é fácil. Para fazer 100 pacotinhos de beiju gastamos até um metro e meio de lenha, e não há lenha sobrando por

aqui”, diz o homem, que conseguiu garantir que três dos seus seis filhos concluíssem o ensino médio. Os outros pararam na oitava série do ensino fundamental. Domingos fez só até a quarta série.

Dos oito irmãos da família Penha, só Domingos ficou na Comunidade do Divino Espírito Santo. Os outros “tomaram o rumo de São Paulo”, em busca de emprego, na década de 1970. Um deles retornou há pouco tempo, e, como Domingos, tenta manter a tradição na região.